



**UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ÉVERTON HELLMANN BIAVATTI**

**UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO NO CASO DA  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DRUZIANA SARTORI**

**CHAPECÓ, SC**

**2019**

**ÉVERTON HELLMANN BIAVATTI**

**UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO NO CASO DA  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DRUZIANA SARTORI**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção de  
grau de Licenciado em Ciências Sociais pela  
Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS).

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>a</sup> Joana Golin Alves.

**CHAPECÓ,SC**

**2019**

**BIAVATTI, Éverton Helmann. UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO NO CASO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DRUZIANA SARTORI/Éverton Helmann Biavati. – 2019. 48 fls.; Orientadora Ms. Joana Golin Alves. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Chapecó, SC, 2019.**

1. Adolescência. 2. Trabalho. 3. Educação. I. BIAVATTI, Éverton Helmann . II. ALVES, Joana Golin (orientadora) III. Universidade Federal da Fronteira Sul..

Ficha elaborado pelo Autor (2019).

**ÉVERTON HELLMANN BIAVATTI**

**UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO NO CASO DA  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DRUZIANA SARTORI**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção de grau de Licenciado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Ms.<sup>a</sup> Joana Golin Alves.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

MS.<sup>a</sup> JOANA GOLIN ALVES

---

DR.<sup>a</sup> MARIA ALICE CANZI AMES

---

MS.<sup>a</sup> MARÍLIA FORTES BIANCHI

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela graça da vida e pela proteção durante toda minha trajetória e por ter me amparado nos momentos mais difíceis no decorrer da formação acadêmica, sempre proporcionando força e fé, não permitindo desistir e nem se distanciar dos meus ideais.

Aos meus pais que sempre com muito esforço apontaram a educação e a dignidade em primeiro lugar.

A professora Ms.<sup>a</sup> Joana Golin Alves, a qual tive o privilégio de ter como orientadora e de poder partilhar de sua sabedoria, competência, sensibilidades para a construção deste trabalho. Seu apoio foi importante quando a vida exigiu que eu atravessasse por momentos delicados e extremamente difíceis nos quais necessitei de amparo e acolhimento amigo.

A UFFS pela oportunidade de inserção, nossa universidade nascida dos movimentos sociais pelas lutas e anseios do povo e daqueles que se preocupam com ele. A todos os professores que tive neste período de formação acadêmica.

A EEB Druziana Sartori, pela abertura para a realização desta pesquisa, permeada pela excepcional colaboração da professora Luciana Dalla Zen.

As minhas filhas, Maria Clara e Ana Vitoria, minhas bases, minhas motivadoras de cada luta, pelo apoio, incentivo e por acreditarem em minhas potencialidades apesar da ausência que a formação exigiu.

A minha companheira e fiel escudeira Domitila, pela paciência, dedicação e cumplicidade. As grandes amizades construídas ao longo desses últimos anos, sem os quais certamente não teria sido tão prazeroso a trajetória deste curso repleto de tantos desafios, alegrias, obstáculos, aventuras e boas lembranças. Alguns se tornaram parte das mais belas páginas do livro de minha vida e os levarei para sempre em meu coração.

Aos adolescentes entrevistados pela importante e indispensável colaboração.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso foi elaborado como requisito parcial de aprovação no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, e tem como tema, uma análise das relações de trabalho e estudo no caso da Escola de Educação Básica Druziana Sartori. O objetivo deste trabalho foi investigar e compreender as transformações e mudanças que ocorrem na vida dos adolescentes que trabalham e estudam no ensino médio e qual a ligação dessas mudanças aos contextos familiares, educacionais e sociais ao qual pertencem. As abordagens principais em relação ao estudo e trabalho na adolescência focaram nos posicionamentos e noções dos estudantes pesquisados em relação aos cenários institucionais aos quais fazem parte, sua inserção no mercado de trabalho e as relações familiares e estudantis que se desenrolam depois dessa inserção. Para a realização desta pesquisa optou-se por abordagem qualitativa, fazendo uso de entrevistas semiestruturadas e questionários abertos aplicados a 10 (dez) estudantes da Escola de Educação Básica Druziana Sartori, localizada no município de Chapecó – SC, com faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, matriculados no ensino regular.

**Palavras-chave:** Adolescência. Trabalho. Educação. Instituição.

## **ABSTRACT**

The present work of conclusion of course was elaborated as a partial requisite of approval in the course of Degree in Social Sciences of the Federal University of the Southern Frontier, and has like subject, an analysis of the relations of work and study in the case of the school of basic education Druziana Sartori . The aim of this study was to investigate and understand the transformations and changes that occur in the lives of adolescents who work and study in high school and how the changes are linked to the family, educational and social contexts to which they belong. The main approaches to study and work in adolescence focused on the positions and notions of the researched students in relation to the institutional scenarios to which they are part, their insertion in the job market and the family and student relationships that take place after this insertion. In order to carry out this research, a qualitative approach was chosen, making use of semi-structured interviews and open questionnaires applied to 10 (ten) students of the Sartori Druze Basic School of Education, located in the municipality of Chapecó - SC, aged 15 ) to 17 (seventeen) years, enrolled in regular education.

**Keywords: Adolescence. Job. Education. Institution.**

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

<b>Figura 1:</b> foto da fachada da Escola de Ensino Básico Druziana Sartori .....	28
<b>Quadro 1</b> - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) do nível de características socio-demográficas do entrevistado. ....	28
<b>Quadro 2</b> - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) do nível de características socio-demográficas dos pais. ....	29
<b>Quadro 3</b> - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) da profissão dos pais. ....	30
<b>Quadro 4</b> - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) Local e função do entrevistado. ....	31
<b>Quadro 5</b> - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) sentimentos e motivações em relação à inserção no mercado de trabalho. ....	31
<b>Quadro 6</b> - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) reação da família em relação à inserção do adolescente no mercado de trabalho. ....	32
<b>Quadro 7</b> - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) mudança na relação familiar após a inserção do adolescente no mercado de trabalho. ....	32
<b>Quadro 8</b> - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) sentimento do entrevistado em relação a trabalhar e estudar. ....	33
<b>Quadro 9</b> - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) sentimento de mudança na vida pessoal, familiar e social após começar trabalhar e estudar. ....	33
<b>Quadro 10</b> - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) motivação pessoal do entrevistado para inserção no mercado de trabalho. ....	33
<b>Quadro 11</b> - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) de quem você mais recebe apoio para trabalhar e estudar.....	34
<b>Quadro 12</b> - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) pretende continuar os estudos. ....	34



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA</b> .....	13
<b>2 ADOLESCÊNCIA, ESTUDO E TRABALHO</b> .....	16
2.1 DEFINIÇÃO DE TRABALHO PRECOCE .....	18
2.2 ASPECTOS SOCIAIS DO TRABALHO DE ADOLESCENTES .....	20
<b>2.2.1 Políticas Públicas de amparo ao adolescente trabalhador</b> .....	21
<b>3 IMPACTOS SOCIAIS DO TRABALHO NA ADOLESCÊNCIA</b> .....	25
3.1 DESENVOLVIMENTO FÍSICO E PSICOLÓGICO DO TRABALHO NA ADOLESCÊNCIA .....	26
3.2 TRABALHO NO CONTEXTO ESCOLAR .....	27
<b>4 O CASO DA ESCOLA DRUZIANA SARTORI</b> .....	29
4.1 DO LOCAL DE PESQUISA .....	30
4.2 DAS CARACTERÍSTICAS DO PÚBLICO ALVO, PERFIL SOCIOECONÔMICO DE ADOLESCENTES TRABALHADORES E SUAS FAMÍLIAS .....	31
4.3 PERCEPÇÕES DOS ADOLESCENTES ACERCA DO TRABALHO .....	35
4.4 TRABALHO NA ADOLESCÊNCIA, EVASÃO ESCOLAR E OUTRAS PERSPECTIVAS DIANTE DO TRABALHO DO ADOLESCENTE .....	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	43
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	46
<b>APÊNDICE</b> .....	50
Apêndice 1- Roteiro de entrevista .....	50
Apêndice 02 - Carta de ciência de participação em pesquisa .....	51

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa as relações de trabalho e estudo no caso da Escola de Educação Básica Druziana Sartori na cidade de Chapecó, SC, que foi criada em 26 de maio de 1962, através do decreto nº 11.478, com a denominação de Escola Isolada Palmital. Situada na Rua Irineu Bornhausen, 607 – E, Bairro Palmital, Chapecó – SC, telefone de Contato: 3322-3364 tem como dirigentes: Diretora – Valda Santa Geraldo, Assessora – Ivanir Salette, Nilce Nauê.

O motivo de escolha desta escola se deu levando em conta a localização, uma vez que a escola fica próxima da casa do pesquisador, e também por que esta escola tem grande importância para a comunidade, principalmente para o Bairro Santo Antônio que fica ao lado do bairro Palmital, como instituição de ensino e aprendizagem fixa e estável, proporcionando ainda um espaço de lazer para toda comunidade.

Quanto a descrição do bairro, pode-se dizer que além dos postos de saúde, a população do bairro Palmital, recebe também o acompanhamento de outros setores como nutricionista, psicólogo e fisioterapia, contando ainda com projetos auxiliados pela prefeitura, desde a pastoral da criança até o grupo de idosos.

O comércio existente no bairro, conta com uma completa infra-estrutura de lojas, supermercados, posto de combustíveis, farmácias, panificadoras, restaurantes, madeireiras, lotéricas etc. A facilidade de chegar à escola e ter acesso tanto com entrada no recinto, quanto as informações necessárias para o estágio I, II, III, e posteriormente a construção desse trabalho aconteceu de forma tranquila.

O caminho percorrido até a construção deste trabalho começou no ano de 2015, sendo que em um primeiro momento ocorreu o levantamento de dados sobre a escola e a familiarização do pesquisador com a instituição, onde a vivência prática possibilitou ministrar aulas, construindo assim uma base para o desempenho profissional futuro como professor de Sociologia, bem como, oportunizou conhecer o contexto histórico e social daquele espaço.

Quanto a escolha do tema de pesquisa, observou-se a relevância das relações entre trabalho e estudo, por ser um tema atual que os adolescentes encontram no ensino médio, abrangendo fatores externos e sociais do indivíduo, uma vez que o trabalho é o objetivo central dos estudantes, sendo ele conciliado em alguma das fases de sua vida, tanto na modalidade do ensino médio, educação de jovens e adultos, o EJA, bem como, o trabalho também se apresenta como um dos principais motivos para evasão escolar.

Segundo Zinet (2016) apenas 41,3% dos jovens brasileiros dedicaram-se somente aos estudos e 32,2% trabalham e estudam. Dos que apenas estudam 10,1% realizaram duas atividades em algum momento de sua trajetória escolar. Esse número é maior, nos estudantes de EJA, 55% deles dizem que estudam e trabalham e 19,1% já passaram por essa situação e 12,5% conciliam a escola e bicos para ajudar com a renda familiar.

Apenas 12,1% nunca precisaram trabalhar enquanto estudavam. Mas no ensino médio a situação foi diferente: 45,3% dos alunos se dedicavam apenas à escola, 28,9% estudam e trabalham, 9,7% faziam bicos e iam ao colégio, e 16,1% já conciliaram as duas atividades, mas se dedicam atualmente apenas aos estudos.

Segundo Castioni (2013) a escola como espaço de socialização e formação de um ser pensante e preparado para a vida profissional, precisa aproximar-se da realidade em que o aluno vive, entendendo suas perspectivas e anseios para o futuro, assim podendo trazer meios em que o estudante seja envolvido no âmbito escolar por modelos pedagógicos pensados naquele contexto social, melhorando os serviços já prestados, mantendo os adolescentes em sala de aula com ajuda de professores presentes e uma boa infra-estrutura, trazendo tecnologias e novidades, fazendo da escola uma ponte com a comunidade, onde projetos lançados possam abordar temas-chaves da vivência desses adolescentes.

Tratando-se da legislação brasileira, os adolescentes de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990) são as pessoas que possuem entre doze e dezoito anos, para fins de aplicação dos dispositivos legais. Há que se dizer que o termo adolescente para outras ciências como Psicologia e a Pedagogia, pode adotar parâmetros etários diversos, bem como em normas internacionais o termo criança abrange todas as pessoas que possuem menos de 18 anos (DIGIÁCOMO, 2013).

Tendo em vista que a pesquisa realizada teve como público-alvo pessoas de 15 a 17 anos, optou-se por usar o termo “adolescente” ao invés de jovem, por estar mais de acordo com o que a lei conceitua.

Considerando que a adolescência é uma das fases mais complexas do desenvolvimento humano, onde os indivíduos passam por um processo de transição da infância para a fase adulta, onde se firmam conceitos e condutas e também revela-se estigmas acerca da busca pela identidade, suas vocações e escolhas futuras, o tema do trabalho nunca passa ao largo e gera reflexões não somente no âmbito escolar, mas na família e na sociedade como um todo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a proteção integral às crianças e adolescentes, dando garantias às elas que não poderão sofrer negligências, exploração, violência, discriminação, crueldade e opressão, sob pena de seus responsáveis serem punidos

na forma da lei.

Nesta condição fica a família, a comunidade e a sociedade como um todo, além do poder público, na obrigação de assegurar com prioridade, todos os direitos relativos a vida, a alimentação, educação e a saúde, assim como ao esporte, ao lazer, a cultura, a dignidade, a profissionalização, ao respeito, a liberdade, bem como a convivência familiar e em comunidade (BRASIL, 1990).

Desta forma questiona-se: de que forma os adolescentes estudantes da Escola de Educação Básica Druziana Sartori entendem o processos de trabalho e estudo?, bem como, busca-se descobrir as motivações e necessidades, e o suporte que a escola lhes dá frente ao início de atividade laborativa precocemente.

Assim, os objetivos da pesquisa se fundam na investigação e análise das relações referentes ao trabalho e estudo dos adolescentes na Escola de Educação Básica Druziana Sartori, sendo que de forma específica pretendeu mapear o número de alunos que conciliam o estudo com a atividade laboral, analisando o posicionamento da escola frente a questão do trabalho e a possível evasão escolar, além de investigar o contexto social que se inserem estes trabalhadores, motivações e perspectivas para o futuro.

Considera-se a família, a escola no mundo contemporâneo como instâncias socializadoras que coexistem numa intensa relação de interdependência, como forma permanente e dinâmica de relação (Elias, 1970; Setton, 2002).

Dessa forma, utilizou-se para construção da pesquisa questionário semi-estruturado, combinando perguntas fechadas, para obtenção de informações sócio-demográficas (como idade, sexo, grau de escolaridade) e perguntas abertas, para que não houvesse uma antecipação das respostas dos entrevistados proporcionando maior elaboração de suas opiniões. Para o embasamento e análise das entrevistas foi realizada pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica foi necessária para alcançar uma abordagem teórica sobre trabalho do adolescente e as implicações desta no contexto escolar e social.

Entende-se que o mundo informatizado ao mesmo tempo que agiliza a velocidade e acesso de informações, também se pontua como elemento de isolamento familiar, onde se visualiza a ocorrência cada vez mais frequente de falta de diálogo entre pais e filhos e o distanciamento afetivo em alguns casos. E em meio a esta nova configuração de estrutura familiar convém que se analise as consequências destes comportamentos na vida estudantil e profissional.

A transferência do afeto, do diálogo a pessoas que fazem parte do círculo estudantil e profissional, a independência financeira dos pais e a maturidade que se observa ou não, destes

adolescentes em gerir suas vidas, cada vez mais ancorados em princípios próprios, sem a interferência dos pais levanta consigo uma discussão a sociedade em geral.

Entrar para o círculo laborativo pode trazer não só amadurecimento e a responsabilidade, noções de vida em sociedade, mas quando inserido de forma precoce na vida dos adolescentes pode trazer consigo fatores negativos em relação aos estudos e escolhas futuras.

Assim, entender as mudanças e as transformações que ocorrem no mundo do trabalho tem papel de extrema importância para a compreensão das relações sociais contemporâneas destes adolescentes.

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA

Apesar das inúmeras pesquisas, estudos e ações, da obtenção de tantos resultados estatísticos, ainda existem perguntas, dúvidas e questionamentos sobre as dimensões dos casos de jovens trabalhadores que frequentam ambientes escolares trazendo revelações preocupantes que pedem por ações e políticas públicas urgentes, com intensão de proporcionar formas de conscientização no contexto escolar.

Além disso, é necessário pensar essas políticas também em relação aos processos de ensino/aprendizagem das escolas públicas, uma vez que a realidade educacional sofre com a falta de estruturas adequadas, falta de qualificação e valorização dos profissionais da educação, bem a precariedade das relações entre família e escola em paralelo com a própria realidade social, trazendo como consequências a evasão escolar.

O problema deste trabalho desenvolve-se a partir da premissa de como acontecem os encaminhamentos e as estratégias que conduzem os casos de jovens trabalhadores em ambiente escolar e como são tratados pelos próprios adolescentes, bem como pelos demais agentes do meio em que se encontram inseridos. Portanto, foram entrevistados um grupo de dez (10) estudantes do ensino médio noturno da EEB Druziana Sartori, com a intenção de entender como estes percebem as relações familiares, escolares e sociais sobre a sua condição de estudo e trabalho na adolescência.

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, que de acordo com Gonzalez Rey (2005) pauta-se na compreensão dos fenômenos elencados em um recorte que privilegia a construção subjetiva. O método compreende a pesquisa como um processo de construção não definida a priori, mas que tem a possibilidade de se reconfigurar, ou seja:

A pesquisa qualitativa não corresponde a uma definição instrumental, é epistemológica e teórica, e apóia-se em processos diferentes de construção do conhecimento, voltadas para o estudo de um objeto distinto da pesquisa quantitativa tradicional [...]. Se debruça sobre o conhecimento de um objeto complexo: a subjetividade, cujos elementos estão implicados simultaneamente em diferentes processos constitutivos do todo, os quais mudam em face do contexto em que se expressa o sujeito concreto. (GONZALEZ REY, 2005, p 50-51)

Assim, a produção do conhecimento acontece em um processo contínuo, que analisa o empírico e o teórico, fazendo reflexões sobre os achados, sem a obrigação de estabelecer uma relação de lógica e linear, nem regras fixas ou restritivas (GONZALEZ REY, 2005).

O problema de pesquisa não é algo imutável, comporta mudança quando dos resultados, construindo conhecimentos a partir das vivências no campo de pesquisa, “é um processo permanente de produção de conhecimento, em que os resultados são momentos parciais que se integram constantemente com novas perguntas e abrem novos caminhos para a produção do conhecimento” (GONZALEZ REY, 2005, p. 72).

Para a realização desta pesquisa, por questão de acessibilidade, foi escolhida a unidade escolar por se localizar no mesmo bairro em que reside o pesquisador, e onde anteriormente foram desenvolvidos o diário de campo na aula da professora Dr.<sup>a</sup> professora Maria Alice Canzi Ames, na disciplina de estágio I, III.

O mapeamento do colégio e dos alunos, se deu através, de observação participante pelo contato com o professora de Filosofia e Sociologia Luciane Dalla Zen, que possibilitou, além do acesso à escola, a interação e aproximação com estudantes que trabalham e que espontaneamente aceitaram participar como sujeitos desta pesquisa.

No decorrer da pesquisa de campo buscou-se conhecer o perfil dos estudantes trabalhadores, identificando possíveis conflitos familiares, escolares e sociais, entre outros fatores que influenciaram na vida escolar em relação ao trabalho do jovem, bem como o contexto atual do adolescente em relação aos casos estudados.

Não há neste estudo a pretensão de esgotar as possibilidades de discussão sobre a temática dado a complexidade dos eventos, mas sim trazer maiores informações e ampliar a discussão acerca da temática ora proposta.

No segundo capítulo iniciando as discussões teórica metodológicas da literatura das Ciências Sociais acerca do tema trabalho e juventude convém que se analisem precipitadamente os conceitos teóricos que embasam a análise proposta.

Neste sentido, apresenta-se o conceito de adolescente e âmparo legal, seguido de definição de trabalho precoce, bem como, os aspectos sociais, vulnerabilidade e políticas

sociais relativas ao adolescente enquanto trabalhador.

No terceiro capítulo aborda-se o aspecto econômico do trabalho na adolescência, desenvolvimento físico e psicológico do trabalho na adolescência, bem como sua influência do trabalho no contexto escolar.

O quarto e último capítulo adentra na parte específica do estudo de caso, contextualizando e analisando características do local de pesquisa, do público alvo, do contexto familiar e do perfil dos estudantes trabalhadores, discutindo ainda questões a respeito de conhecimento, informação e percepções dos adolescentes acerca do trabalho na adolescência, bem como, seus reflexos frente a evasão escolar.

Seguindo das análises conclusivas, apresentando as bases pesquisadas e em paralelo confrontando com os conteúdos e as teses propostas pelos autores referenciados, conseguiu-se traçar reflexões mais precisas, delimitando e ampliando as noções sobre como os comportamentos individuais e coletivos se apresentam nas instituições em que estão inseridas e como estas se posicionam nas aproximações e distanciamentos teóricos e práticos, analisando os resultados de como se dá esses processos.

Frente aos dados obtidos junto aos adolescentes participantes deste estudo foi traçada uma análise através dos métodos definidos para a realização da pesquisa, sob as formas exploratórias e qualitativas, aliando conversas informais, interações, diálogos coletivos, seguidas de entrevistas individuais e diários de campo, que serviram de base e estruturas para as análises do presente trabalho, sempre elencadas nos referenciais visando ampliar discussões.

## 2 ADOLESCÊNCIA, ESTUDO E TRABALHO

Iniciando as discussões teórico metodológicas acerca do tema trabalho e adolescência, convém que se atendam a priori os conceitos teóricos que embasam a análise ora proposta.

Discutir a questão do trabalho dá abertura a várias reflexões, partindo da ordem primária certifica-se que o trabalho é algo que distingue os homens dos demais seres vivos, porém a atividade laborativa comporta entendimentos diversos entre aquela exercida por um adulto e a desempenhada por um adolescente.

De acordo com Lara (2008; p. 212):

O trabalho é a mediação ineliminável do homem com a natureza, que objetiva suprir as carências humanas, sejam elas materiais ou espirituais. No processo de apropriação da natureza, o ser começa a produzir os seus meios de vida e a si mesmo, pois ao objetivar-se pelo trabalho ele não só supre suas carências imediatas como também cria novas carências, que vão se complexificando ao longo da história da humanidade.

O desenvolvimento da capacidade intelectual, da transformação dos recursos naturais às necessidades de sobrevivência são características que distinguem humanos de animais e formam um marco na história do trabalho. O trabalho então, reorganiza a humanidade, transformando o homem primitivo num ser social.

Conforme Braz e Netto (2006; p. 34): “O trabalho não é apenas uma atividade específica de homem em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social”.

Tal diferenciação do homem enquanto ser social para os animais também leva em conta transformações e evoluções nas formas de trabalhar e no trabalho em si, na capacidade teleológica apresentada, demonstrando a habilidade de criar e modificar a natureza de acordo com as suas necessidades, bem como, a capacidade de projetar o trabalho mentalmente, antes de executá-lo.

Nas palavras de Yamamoto (2001; p. 40-41): “a dimensão teleológica é a capacidade do homem de projetar antecipadamente na sua imaginação o resultado a ser alcançado pelo trabalho, de modo que, ao realizá-lo, não apenas provoca uma mudança da forma da matéria natural, mas nela realiza seus próprios fins”.

Na visão de de Lukács (1978, p. 10):

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo



papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica.

Para melhor compreensão do trabalho do adolescente e suas particularidades e consequências, primeiramente necessita-se compreender a conceituação de adolescente na atualidade e a legislação que também os ampara.

Convém ainda que se leve em conta que esse processo de conceituação da adolescência, como tudo na sociedade, é algo social e cultural, mutável e abrangido conforme o tempo e o estado de cada nação, haja vista as transformações ao longo da história da humanidade, bem como, a compreensão de cada sociedade em um dado momento.

Tratando-se de legislação do Brasil, os adolescentes de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990) são as pessoas que possuem entre doze e dezoito anos, para fins de aplicação dos dispositivos legais. Há que se dizer que o termo adolescente para outras ciências como psicologia e a pedagogia, pode adotar parâmetros etários diversos, bem como em normas internacionais o termo criança abrange todas as pessoas que possuem menos de 18 anos (DIGIÁCOMO, 2013).

Assim, a adolescência não é apenas observada pela faixa etária, mas também pelo:

O desenvolvimento humano, físico, mental, material e social, está diretamente relacionado com as condições concretas. O desenvolvimento psíquico humano está dialeticamente relacionado com as formas objetivas de viver. A denominada adolescência também está relacionada aos fatores sociais, econômicos e culturais de um determinado período histórico. (MASCAGNA, 2009, p. 28)

Observa-se que neste período de vida, adolescência, os sujeitos passam por amplos processos de escolha e aprendizado, tomando decisões a partir das experiências vivenciadas e também por pressão do círculo familiar e social, onde a inserção precoce do adolescente no mercado de trabalho é capaz de interferir na condução da vida pessoal e profissional na vida adulta (STRAPASSOLAS, 2006).

Considerados legalmente como seres em formação, crianças e adolescentes também recebem proteção frente a Constituição Federal (1988, p.132), que no artigo 227 estabelece o dever da família, sociedade e Estado quando diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Titulares de direitos e deveres, os adolescentes devem ser mantidos a salvo de toda atividade que possa ofender sua dignidade, saudável desenvolvimento, e neste contexto a atividade laborativa permitida vem de forma legalmente instituída e não deve ser exercida além dos limites ou diversa da forma legal instituída.

Assim, fica estabelecido que as atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por adolescentes a partir dos 14 (quatorze) anos só serão legalmente permitidas em condição de aprendiz, sendo que trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres continuam vedados ao exercício de menores de dezoito anos (BRASIL, 2011).

## 2.1 DEFINIÇÃO DE TRABALHO PRECOCE

Conceituar o trabalho precoce não é uma tarefa muito simples, sendo que na maioria dos estudos é classificado como “trabalho infantil”, haja vista que em vários tratados internacionais e em diferentes nações o ser em desenvolvimento carente de proteção legal em relação ao trabalho é toda pessoa com menos de 18 anos.

Apesar do Brasil ser signatário de tratados internacionais que visam proteger adolescentes e crianças frente a atividade laborativa, trazendo a possibilidade de desempenho em função de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, social e culturalmente se observa que este parametro não inibe a alocação de pessoas com menos de 18 (dezoito) anos em frentes de trabalho.

Por uma questão conceitual e metodológica alguns autores conceituam com a expressão “trabalho infantil” para classificar as funções laborativas de pessoas de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos, porém o alvo desta pesquisa são os adolescentes inclusos na faixa etária ora descrita, pensa-se ser mais adequado tratar como trabalho precoce.

Tal conceituação de trabalho precoce esbarra culturalmente em outro verbo, o ajudar os pais, principalmente em áreas rurais compreende-se que a criança e o adolescente participam das atividades dos pais muito precocemente, tal complexidade de conceituação do trabalho precoce também é abordada por Souza:

[...] face à existência de múltiplas situações em que a visibilidade do trabalho infantil é obscurecida pelos limites imprecisos, e histórica e socialmente determinados, entre o que é trabalhar e o que significa ‘ajudar’ a família nas atividades domésticas e em outras atividades econômicas que incorporam o trabalho de crianças e adolescentes. (SOUZA, 2010, p. 274)

Na região oeste de Santa Catarina, essa valorização do trabalho como meio socializador, de ajuda aos pais, de composição de renda e até mesmo de evitar a marginalização também decorre do processo de colonização aqui desenvolvido.

Uma vez que Chapecó, na região oeste de Santa Catarina, Sul do Brasil, em sua colonização teve como principal objetivo retirar do processo produtivo as etnias que não representavam o modelo de desenvolvimento preconizado na época, ou seja, que visavam subsistência, combatidos através da exclusão da terra em favor da cultura da acumulação de riquezas (POLI, 2008).

O processo de colonização da região em relação a outras regiões pode ser considerado tardio uma vez que diferente de outras regiões do Brasil, iniciou em 1890. Nesse sentido, há que se considerar por colonização o “[...] retalhamento das áreas em glebas, em frações que mediam em torno de 24 hectares” como escreve (RENK, 2013, p. 24).

A colonização do oeste catarinense se deu através das empresas que vendiam e garantiam as terras aos colonos oriundos do Rio Grande do Sul, de origem étnica alemã, italiana e polonesa (WERLANG, 2006), pautados no trabalho, família e religiosidade, os colonizadores montam um padrão considerado ideal, sendo que outros povos que aqui estavam e que não se encaixaram nestes moldes foram combatidos e expulsos de suas terras, motivo de muitos conflitos.

A segregação dos desiguais retrata um ideário de desenvolvimento nacional da época, que como explica Renk (2006, p. 55) priorizava “as desejadas gentes”, em desfavor das culturas locais. Algo que se enraizou na mente do povo de tal forma que de geração em geração essa pressão a respeito do trabalho faz parte do senso comum até hoje e influencia o comportamento das famílias quanto ao primeiro emprego dos adolescentes.

Assim, trabalho precoce representa: “modalidades de trabalhos realizados antes do tempo necessário ao desenvolvimento ou provocadores de prejuízos físicos e psicológicos à criança e ao adolescente” (MATOS, 2005, p.21).

Sobre o fenômeno do trabalho adolescente, este já ocorre ao longo do tempo, por questões históricas, mercadológicas. O baixo custo dessa mão de obra, e o uso de máquinas, “reduz-se a necessidade da força muscular, permitindo agora o emprego de trabalhadores fracos ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros flexíveis” (MARX, 1968, p. 34).

Em tempos de escravatura, a mão de obra de crianças e adolescentes não comportava nenhum tipo de questionamento ou censura, haja vista que:

[...] antes as crianças sempre foram exploradas, mas como a escravatura cobria o trabalho com adultos e crianças, as crianças pobres e órfãs eram recrutadas para o trabalho das fazendas e das casas grandes "dos Senhores", onde eram exploradas e abusadas, mais do que o filho dos escravos que valiam dinheiro e essas não valiam (GRUNSPUN, 2000, p. 51- 52).

Remontando a história tem-se que o trabalho de crianças e adolescentes sempre foi explorado na sociedade brasileira, a miséria, a escravidão, o aumento de pessoas nas cidades, entre outros, são fatores que culturalmente legitimavam o trabalho muitas vezes indigno de mulheres, crianças e adolescentes, bem como deixam explícito o preconceito de gênero, uma vez que estas classes por muito tempo e até hoje em recorrentes casos recebem remuneração inferior a de homens na mesma função.

## 2.2 ASPECTOS SOCIAIS DO TRABALHO DE ADOLESCENTES

Apesar do aspecto positivo do trabalho em relação a ocupação, aprendizagem e capacitação, não se pode deixar de observar que quando este é inserido de forma precoce na vida de crianças e adolescentes, acaba por atingir áreas que deveriam se manter preservadas.

Como descreve Martins:

A infância está sendo transformada em sucata de vários modos. Multidões de imaturos estão tendo sua idade adulta convocada antecipadamente, de modo que o tempo de ser criança está sendo ocupado amplamente pelo tempo do adulto, do trabalho, da exploração, da violência. Esse fato põe a sociedade inteira em perigo, porque lança gerações inteiras, prematuramente, num modo de vida adulto. Com isso a sociedade perde o controle sobre a formação das novas gerações, não tem condições de viabilizar um projeto social que, através da socialização dos imaturos, assegure às gerações do futuro as melhores conquistas sociais, morais, políticas das gerações passadas. (MARTINS, 1993 apud PEDREIRA, 2006, p.65)

Convém que se diga que o trabalho precoce condenável é aquele que submete crianças e adolescentes ao esgotamento de suas forças e diminuiu ou retira totalmente os momentos de lazer e estudo. É aquela inserção que “constitui uma situação especial que acompanha historicamente a evolução das economias de mercado” (POCHMANN, 2000; p. 46).

Aquela que coloca o adolescente em posição inferior na cadeia de trabalhadores, sujeitando-o às oscilações do mercado, desemprego ocupações em atividades precárias, sob a alegação da falta de experiência e qualificação profissional, delegando aos adolescentes subempregos.

Para Quiroga:

[...] os jovens representam hoje um dos segmentos mais marcados pelas diferentes questões vividas pelo trabalho contemporâneo. Sobre eles recaem os maiores índices do desemprego geral; as ocupações precárias; a falta de proteção laboral; a rotatividade de emprego e, contraditoriamente, as exigências crescentes de qualificação para admissão aos novos postos de trabalho. (QUIROGA,2002, p. 26)

Menores realizando trabalhos sob a supervisão dos pais como parte integrante do processo de socialização, como um meio de transmitir, de pais para filhos, técnicas tradicionais de família frente a agricultura.

Estabelece então o que Silvestro et al (2001) concebe como sucessão hereditária, ou seja, a continuidade do processo produtivo a partir da herança social (capital social) e da terra dos produtores (chefe de família) para os filhos. A sucessão na agricultura familiar é um tema relativamente recente, que se diferencia do êxodo rural pelas condições sociopolíticas das duas situações.

Há que se estabelecer a diferenciação entre este processo cultural de aprendizagem do ofício dos pais e o trabalho precoce proibitivo, nesse sentido Carvalho (apud Arregui, 2000, p.109) diz que: “O trabalho condenado, proibitivo, é aquele que as crianças e adolescentes são forçados a realizá-lo para sobreviver, para contribuir na renda familiar; é o trabalho que os faz abandonar a escola e o brinquedo, que os faz renunciar ao desenvolvimento de suas potencialidades e, conseqüentemente, de participar de forma mais igualitária da riqueza social, cultural, econômica da sociedade a que pertence”.

### **2.2.1 Políticas Públicas de amparo ao adolescente trabalhador**

A atuação estatal frente as políticas de erradicação do trabalho infantil no Brasil vêm avançando ao longo dos anos, nem perto de ser o ideal, porém, tem se mobilizado em ações que vão desde a proibição legal do trabalho de crianças, a fixação de faixa etária e atividades compatíveis a adolescentes, até programas combinados de transferência de renda e incentivos à demanda por educação.

Signatário de vários tratados internacionais de amparo a vida, dignidade e proteção de crianças e adolescente, o Brasil se comprometeu ante a comunidade internacional a reduzir as piores formas de trabalho infantil até 2016 e todo o trabalho infantil até 2020 (OIT, 2010) <sup>1</sup>.

Para um país de limites geográficos tão extensos, de multi culturas, e diversos níveis

---

<sup>1</sup> OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho Infantil**. Disponível em: < [http://www.oitbrasil.org.br/topic/ipec/doc/fact\\_sheet\\_2010c\\_157.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/topic/ipec/doc/fact_sheet_2010c_157.pdf) >. Acesso em: 15 mai. 2019.

sociais e econômicos, tem-se que tal feito é uma meta muito ousada e pouco passível de alcance a curto prazo.

A erradicação do trabalho infantil e a regulação do trabalho do adolescente tem como principal motivo a miséria, e para complementar a renda da família, assim, as iniciativas mais usuais pautam seu foco na diminuição da perpetuação da pobreza com políticas sociais focalizadas em programas básicos de transferência de renda (MIRANDA, 2006).

Dentre os principais programas lançados pelo governo federal na erradicação do trabalho infantil convém citar o PETI (Programa de erradicação do trabalho infantil) e o Bolsa Família, que visam discutir aspectos positivos e negativos no combate ao trabalho precoce, na redução da pobreza e, conseqüentemente, na melhoria das condições sociais da população por eles atendida.

Lançado em 1996, o PETI (Programa de erradicação do trabalho infantil) se apresenta como política pública de combate a exploração do menor, encaminhando as crianças e os adolescentes à escola em tempo integral, fundamentalmente objetivava: “[...] retirar crianças e adolescentes de 7 a 15 anos de idade do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco sua saúde e sua segurança” (BRASIL, 2002).

Desde 2005, o PETI passou a fazer parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e ao Programa Bolsa Família (PBF), suas ações atendem famílias cujas crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos se encontrem em situação de trabalho.

Integrado a um sistema de resgate da cidadania e promoção de direitos de crianças e adolescentes, bem como, de inclusão social de suas famílias, o programa é disponibilizado a todos os municípios por meio da identificação das situações de trabalho infantil, delegando a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) o cadastramento das famílias, crianças e adolescentes no CadÚnico e a oferta do serviço socioeducativo no âmbito de seu território (BRASIL, 2002).

Seu foco de atuação se pauta em três medidas interligadas, quais sejam: o repasse da Bolsa Criança Cidadã, valor monetário pago às famílias pela retirada das crianças do trabalho, execução da jornada ampliada, onde as atividades educativas, culturais, de lazer e outras importantes na formação das crianças e adolescentes são oferecidas em turno oposto à escola regular, bem como, o trabalho com as famílias, que se subdivide em socioeducativo e de geração de emprego e renda (BRASIL, 2002).

O exercício do controle social se dá por meio das Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil, Conselhos de Direitos da Criança, Conselhos de Assistência Social e

Conselhos Tutelares (BRASIL, 2002).

Sua atuação conta com a união de esforços entre Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério da Educação (MEC), Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, OIT, entre outros que participam de atividades conjuntas e intersetoriais de enfrentamento ao trabalho infantil (PETI, 2010).

O programa é custeado pela União, Estados e Municípios, sendo que os valores de repasse da Bolsa Criança Cidadã são diferenciados segundo as áreas: rural ou urbana.

Como requisitos de permanência da família no Programa exige-se todos os filhos com menos de 16 anos devem estar preservados de qualquer forma de trabalho infantil, que a criança e/ou adolescente participante do Peti deverá ter frequência escolar mínima de 85% e o mesmo percentual de frequência nas atividades desenvolvidas na Unidade de Jornada Ampliada (UJA), bem como, exige que a família beneficiada frequente as atividades socioeducativas dos programas e projetos de geração de emprego e renda ofertados.

O tempo de permanência no Programa é determinado pela idade da criança e do adolescente, sendo também critério para desligamento a conquista da emancipação financeira da família (BRASIL, 2002).

Quanto ao programa menor aprendiz a lei estabelece que para poder fazer parte é necessário observar a faixa etária descrita na lei, ou seja, adolescentes na faixa de 14 a 18 anos e os jovens na faixa etária de 18 e 24 anos, sendo obrigatório estar cursando ou ter cursado o ensino fundamental, podendo estar matriculado em cursos de aprendizagem (MOURA, 2014).

Assim, compreende-se que o Programa de Aprendizagem se dá em turno de formação técnico-profissional, aliando conhecimentos teóricos e práticos, sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional-metódica, com especificação do público-alvo, dos conteúdos programáticos a serem ensinados.

Requer ainda período de duração, carga horária teórica e prática, mecanismos de acompanhamento, avaliação e certificação do aprendizado, observando as regras estabelecidas na Portaria MTE nº 615, de 13 de dezembro de 2007

Em se tratando de pessoa portadora de deficiência o programa retira a limitação de idade máxima, conforme art. 2º, parágrafo único, do decreto nº 5.598/05. Tanto a Constituição Federal quanto o Estatuto da Criança e Adolescente assegura aos adolescentes de 14 a 18 anos a prioridade na contratação como aprendiz, desde que a atividade prática não exponha o aprendiz à periculosidade e a insalubridade (BRASIL, 2014).

Tal proteção se fundamenta na idéia de que a exposição a meios perigos, insalubres

desfavorece o desenvolvimento social e moral dos adolescentes aprendizes. Em relação as leis trabalhistas, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) classifica o contrato de aprendizagem como um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, reiterando ainda a obrigatoriedade de anotação na Carteira de Trabalho e na Previdência Social, bem como exige-se a matrícula escolar, a frequência do aluno menor aprendiz e sua inscrição no Programa de Aprendizagem, desenvolvidos em entidades qualificadas na formação técnico-profissional (BRASIL, 2014).

Quanto aos deveres do empregador está assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos inscrito em Programas de Aprendizagem, as formações profissionais compatíveis com o seu desenvolvimento moral, físico, social e psicológico. Ao passo que ao aprendiz incumbe-se executar, com zelo as tarefas necessárias a sua formação (MOURA; ANDRADE, 2014).



### 3 IMPACTOS SOCIAIS DO TRABALHO NA ADOLESCÊNCIA

No terceiro capítulo aborda-se o aspecto econômico do trabalho adolescente, desenvolvimento físico e psicológico do trabalho na adolescência, bem como sua influência do trabalho no contexto escolar.

Dentre as questões essenciais que levam os adolescentes a buscar trabalho esta o aspecto econômico, pois para muitos adolescentes o trabalho visa a busca do próprio sustento e muitas vezes ajuda a compor a renda familiar.

Esta entrada precoce no mercado de trabalho deve ser observada com zelo e atenção, haja vista que, enquanto seres em formação, dedicar-se intensamente a atividade laborativa pode prejudicar em outras áreas como o estudo e o lazer.

Também a crise econômica do país e a inserção precária de adolescentes, de ambos os sexos, aliada as altas taxas de desemprego e informalidade, bem como os baixos níveis de rendimento e de proteção social, fazem do trabalho do adolescente uma questão de discussão. Como revela OIT (2015, p, 35):

A inserção de uma porcentagem significativa de jovens brasileiros de ambos os sexos no mercado de trabalho é precária, e se caracteriza, entre outros aspectos, por elevadas taxas de desemprego e informalidade, bem como por baixos níveis de rendimento e de proteção social.. Isto significa que a juventude brasileira continua sendo afetada por um elevado déficit de trabalho decente. Ademais, determinados grupos de jovens, como mulheres e negros e, em especial, o grupo que surge da sobreposição dessas duas características (jovens mulheres negras), são atingidas de forma ainda mais severa pela falta de trabalho decente. Embora os setores do mercado de trabalho nos quais os jovens estão inseridos estejam sujeitos às flutuações da demanda agregada e às características gerais do mercado de trabalho, em geral a juventude é atingida mais severamente em momentos de retração e menos beneficiada em períodos de melhoria e/ou recuperação.

Assim, a problematização do trabalho de adolescentes traz impactos significativos para essa geração, uma vez que a inserção precoce muitas vezes desqualifica a opção por uma carreira futura, haja vista que a manutenção no mercado onde esta se faz necessária, bem como influência em questões pessoais como busca da própria identidade, possibilidade de formação de família, decisões que serão suportadas por toda vida (HELAL, 2010).

Há uma estreita relação entre o contexto social, cultural e econômico das comunidades, uma vez que fazem parte de um sistema capitalista, perceber que a mão de obra é inferior a de um adulto, o que por consequência torna a lucratividade maior, reduzindo custo do produto e aumentando competitividade, cada vez mais as empresas buscam se servir do adolescente para atender as demandas de pessoal (FÜHR, 2010).

Toma-se como afirmativa a questão das exigências do mercado de trabalho e também da cobrança social aos adolescentes em relação a inserção no mercado de trabalho, porém preponderantemente se visualiza a necessidade financeira da família, que leva muitos adolescentes a buscar o primeiro emprego antes de concluírem o ensino médio (FÜHR, 2010).

Para Pochmann (2000; p. 09):

O primeiro emprego representa uma situação decisiva sobre a trajetória futura do jovem no mercado de trabalho. Quanto melhores as condições de acesso ao primeiro emprego, proporcionalmente mais favorável deve ser a sua evolução profissional. O ingresso precário e antecipado do jovem no mundo do trabalho pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho profissional.

Nota-se que o trabalho é entendido como “categoria ordenadora do modo como a sociedade se estrutura e, conseqüentemente, como elemento de referência para a formação de identidades pessoais e sociais”, dessa forma, também se apresenta como uma forma de inclusão social, uma vez que os que precisam trabalhar precocemente por conta de necessidade financeira não são marginalizados por ter que trabalhar, haja vista que essa entrada precoce a priori não é sinônimo de trabalho informal, mais uma forma precária de inclusão. (QUIROGA, 2002).

### 3.1 DESENVOLVIMENTO FÍSICO E PSICOLÓGICO DO TRABALHO NA ADOLESCÊNCIA

A adolescência é uma fase da vida cercada de descobertas, contradições, questionamentos, nessa etapa da vida as pessoas se colocam no espaço pequeno entre o abandono da infância e a entrada na vida adulta, e dado a este estado especial, entende-se que todo processo não bem conduzido pode levar a traumas, abalos psicológicos que vão acompanhar esta pessoa pelo resto da vida.

Nesse sentido, quando o adolescente passa a ser o responsável pelo ingresso de uma parte significativa da renda familiar, de certa forma recai sobre este o cargo de chefe de família, representando uma inversão de papéis, que atua negativamente em relação a inserção aos grupos sociais da mesma idade, na interatividade com seus pares, assim como no abandono dos espaços de lazer, pautando sua vida em referenciais semelhantes aos dos adultos, facilitando a interação com estes e dificultando a interação com as pessoas de sua faixa etária (VIVO, 2016).

Neste sentido acredita-se que a iniciativa brasileira ao lançar a modalidade de aprendiz aos maiores de 14 a 24 anos surge como um marco regulatório do trabalho adolescente, bem

como um meio de erradicação do trabalho infantil e adolescente e do trabalho informal desamparado de todos os direitos e garantias, bem como dos abalos psicológicos sofridos pela inserção precoce ou em postos não adequados de trabalho.

Pensando nisso, a Convenção 182 da OIT estabelece que devem ser combatidos todos os trabalhos que submetam crianças e adolescentes abaixo dos 18 anos a:

Todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívidas, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento e forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; Utilização, recrutamento e oferta de crianças para fins de prostituição, produção ou atuações pornográficas; Utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para produção e tráfico de entorpecentes, conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes; Trabalhos que por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança. Estas quatro categorias integram o núcleo básico do conceito “piores formas de trabalho infantil”, e devem ser priorizadas nas políticas e suas estratégias de combate (OITE, 2010).

Assim, em parceria com as empresas o Brasil estabelece um importante legado social, inserindo de forma legal os adolescentes no mercado de trabalho, fomentando a aprendizagem e diminuindo a exploração da mão de obra infantil e seus prejuízos sociais e psicológicos.

Desta forma a Lei 10.097/00 que regulamenta o Programa Jovem Aprendiz, surge como uma política social cheia e repleta de motivações que vão desde o direito a aprendizagem, garantia da dignidade humana, erradicação da pobreza, manutenção no ambiente escolar até a qualificação profissional, crescimento da economia e combate ao desemprego.

### 3.2 TRABALHO NO CONTEXTO ESCOLAR

Outro fator de elevada importância a ser discutido são os desdobramentos do trabalho adolescente frente ao contexto escolar. Tendo em vista que fatores externos e internos se encontram presente quando analisada a questão da reprovação, da continuação dos estudos e da evasão escolar.

Quanto aos fatores internos diz-se que: “[...] o modelo de gestão e direção da escola, o projeto pedagógico e, finalmente, os outros recursos físicos, humanos e pedagógicos existentes”. (SOARES, 2004 apud GUARÁ, (2009, p. 69). Já nos fatores externos cita-se o ambiente familiar, comunidade local, bem como: “incluem indicadores da escolaridade dos pais e da população adulta na comunidade, indicadores da distribuição da renda na comunidade, indicadores da qualificação e remuneração dos professores [...]”. (BARROS;

MENDONÇA, 2000, p. 27).

Para Barbosa; Duarte (2012, p. 283) outro fator relevante para a evasão escolar do adolescente trabalhador se pauta na situação econômica familiar, ou seja: “a renda familiar é de extrema importância para o acesso e permanência da criança no sistema educacional, intervindo no desenvolvimento cognitivo, na saúde e higiene”.

Ainda sobre efeitos externos que se inserem na inserção precoce ao trabalho e na evasão escolar Silva (2015, p. 80) destaca que: “[...] as demandas referentes à habitação, onde famílias que por sua vez não possuem casa própria, tendem a ter gastos com aluguel de casa, assim consequentemente investem menos na educação dos filhos”.

Ainda sobre a influência do trabalho precoce na formação escolar tem-se que:

No âmbito da educação, as crianças e adolescentes que trabalham, em geral, apresentam dificuldades no desempenho escolar, o que leva muitas vezes ao abandono dos estudos. Isso acontece porque eles costumam chegar à escola já muito cansados, não conseguindo assimilar os conhecimentos passados para desenvolver as suas habilidades e competências. É o que mostra os números do estudo “Trabalho Infantil e Adolescente: impacto econômico e os desafios para a inserção de jovens no mercado de trabalho no Cone Sul”, realizado pela Tendências Consultoria, apoiada pela Fundação Telefônica. No caso de jornadas de 36 horas semanais, a evasão escolar pode chegar a 40%. Já a queda no rendimento, para a mesma carga de trabalho, varia de 10% a 15%, dependendo da série. Alunos da 8ª série do ensino fundamental que trabalham quatro horas por dia têm queda de cerca de 4% no desempenho em Português e Matemática, se comparados aos que não trabalham. Ou seja, para as crianças que continuam na escola, quanto mais tempo ela trabalha, menores são suas notas. Isso não só faz com que fiquem desestimuladas, como compromete a entrada no mercado de trabalho futuramente, uma vez que ela não terá o rendimento necessário suficiente para quebrar esse ciclo vicioso (VIVO, 2006, p.01).

Estudo realizado por Tendências Consultoria, apoiada pela Fundação Telefônica feito em 2016, com o título de: “Trabalho Infantil e Adolescente: impacto econômico e os desafios para a inserção de jovens no mercado de trabalho no Cone Sul”, apontaram que os adolescentes que laboram 36 horas semanais, tendem a fomentar a evasão escolar em 40%, já em relação ao rendimento escolar a queda para a mesma carga de trabalho, varia de 10% a 15%, dependendo da série.

Alunos da 8ª série do ensino fundamental que trabalham quatro horas por dia têm queda de cerca de 4% no desempenho em Português e Matemática, se comparados aos que não trabalham. O trabalho na adolescência no oeste de Santa Catarina também abarca uma questão cultural, que ao longo do tempo vem sendo passada de geração em geração.

#### 4 O CASO DA ESCOLA DRUZIANA SARTORI

O quarto e último capítulo adentra na parte específica do estudo de caso, contextualizando e analisando características do local de pesquisa, do público alvo, do contexto familiar e do perfil dos estudantes trabalhadores, discutindo ainda questões a respeito de conhecimento, informação e percepções dos adolescentes acerca do trabalho na adolescência, bem como, seus reflexos frente a evasão escolar.

É necessário olhar de frente para as questões que envolvem trabalho na adolescência, para que se possa desconstruir preceitos naturalizados pelo senso comum. Com a contribuição de pensadores e pesquisadores que investigaram a temática, a discussão fica enriquecida de argumentos fundamentados na análise científica. Seguido de contribuições do campo da sociologia entende-se essa como uma temática presente nos estudos no campo das Ciências Humanas.

A partir das afirmações teóricas onde apresentam estrutura do campo das relações constituídas pela relação de força, tanto dos agentes como das instituições, dependendo do *habitus*, como afirma Bourdieu (1998), podem ocorrer situações de violência em vários moldes, mas principalmente a violência simbólica, útil e invisível no interior do próprio seio familiar.

O conceito de *habitus* há muito vem sendo revisto na história das ciências humanas, palavra de origem latina se coloca como tradução do vocábulo grego *hexis* utilizada por Aristóteles para designar as características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem. Atualizando Durkheim (1995) mantém sentido semelhante, quando designa *habitus* como um estado geral dos indivíduos, estado interior e profundo, que orienta suas ações de forma durável.

Para Bordieu *habitus* consiste em:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (1983b, p. 65)

Dentre as relações que se estabelecem quanto a inserção no mercado de trabalho de forma precoce, não se pode deixar de considerar a pressão familiar e a pressão social que impulsiona a abordagem como algo que deve ser feito também como modo de inserção social.

Nesse sentido Canevacci (1982, p.164) afirma que, “a família faz com que a violência objetiva das relações sociais não manifeste diretamente a sua brutalidade, mas a faça através

da interiorização da obediência desde um sistema hierárquico e autoritário desde a infância”.

De tal forma, a inserção do adolescente no mercado de trabalho relaciona-se também à realidade vivida, o fator econômico torna-se decisivo nesse ingresso, sendo que quanto mais elevada a condição econômica do núcleo familiar, mais tarde o adolescente se insere no mercado de trabalho.

A não entrada precoce no mercado de trabalho amplia a possibilidade de qualificação e especialização, situação que se denota bem diversa na classe trabalhadora, que desde cedo instiga a busca do primeiro emprego, amparado nas justificativas de auxílio na renda familiar, experiência profissional ou mesmo como alternativa para evitar o envolvimento com a criminalização e aceitação social.

#### 4.1 DO LOCAL DE PESQUISA

Estudantes que trabalham é algo recorrente atualmente, porém da mesma forma que o trabalho oportuniza aprendizagem e renda, também traz aspectos negativos da inserção precoce no mercado de trabalho, quais sejam, responsabilidade superior ao que se espera para a faixa etária, sustento próprio ou da família, evasão escolar.

Neste sentido convém que se esclareça primeiramente o local de pesquisa, suas características para em seguida traçar o perfil do público alvo, quais sejam, adolescentes de 15 a 17 anos, que já se encontram inseridos no mercado de trabalho e que ainda continuam frequentando o ambiente escolar.

Para tanto, o local de pesquisa escolhido foi a Escola de Educação Básica Druziana Sartori, espaço escolar pertencente ao Estado de Santa Catarina, localiza-se na Avenida Irineu Bornhausen, no bairro Palmital, na cidade de Chapecó, SC.

Atualmente possui em seu quadro funcional de 74 pessoas, atende estudantes da ensino fundamental ao ensino médio, contando ainda com educação especial e ensino de jovens e adultos.

Quanto a estrutura física da escola, observou-se que a mesma apresenta condições de acessibilidade de acesso a pessoas portadores de deficiência tanto nas salas e corredores da escola como em sanitários, fornece alimentação aos alunos, possui água filtrada, cozinha, biblioteca, laboratório de ciências, de informática e sala de leitura.

O espaço escolar ainda conta com quadra de esportes, sala para diretoria, sala dos professores e sala de atendimento especial. Quanto aos equipamentos eletrônicos que guarnecem a escola cita-se aparelho de dvd, impressora, copiadora, retroprojeto e televisão

disponível aos docentes para incrementar sua prática pedagógicas.

Para uso administrativo conta com 6 (seis) computadores, sendo que há mais 7 (sete) computadores destinado ao uso dos alunos, guarnecidos de acesso a internet banda larga.

Conta com abastecimento de água, energia, destino e coleta de esgoto e lixo propiciados pela rede pública. O prédio da escola é sede própria e pertence ao Estado de Santa Catarina, atendendo a pessoas do bairro em que se encontra e de bairros vizinhos e do meio rural.

**Figura 1:** foto da fachada da Escola de Ensino Básico Druziana Sartori



**Fonte:** Google imagens (2019).

#### 4.2 DAS CARACTERÍSTICAS DO PÚBLICO ALVO, PERFIL SOCIOECONÔMICO DE ADOLESCENTES TRABALHADORES E SUAS FAMÍLIAS

Como público alvo da pesquisa foram entrevistados 10 (dez alunos) do Ensino Médio, regularmente matriculados na Escola de Educação Básica Druziana Sartori, no bairro palmital, na cidade de Chapecó, SC.

As entrevistas contaram com a colaboração da professora Luciana Dalla Zen da disciplina de Sociologia e Filosofia da escola, que entendendo a relevância do estudo permitiu que as entrevistas fossem feitas em suas aulas no período noturno, nos dias 4, 5, 6 de setembro de 2017.

No ano seguinte, tendo em vista o pouco tempo dessa primeira abordagem, a pesquisa foi reformulada e novamente aplicada nos dias 1, 4, 7 de março de 2019. Quanto as informações socioeconômicas dos entrevistados e de suas famílias coletou-se as seguintes informações descritas no quadro abaixo.

**Quadro 2** - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) do nível de características socio-demográficas do entrevistado.

<b>Variáveis</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Idade (Anos)</b>		
15 anos	3	30,0%
16 anos	2	20,0%
17 anos	5	50,0%
<b>Estado Civil (n=10)</b>		
Casado (morando com companheiro)	1	10,0%
Solteiro	9	90,0%
<b>Com quem mora (n=10)</b>		
Pai, mãe e irmãos	4	40,0%
Mãe e irmãos	2	20,0%
Pai e mãe	2	20,0%
Esposo (a) e pais	1	10,0%
Avós	1	10,0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quanto a idade dos entrevistados observa-se que esta figura entre 15 e 17 anos, sendo que a maioria possui 17 anos, encontrando no local de pesquisa uma situação diversa do que se esperava, haja vista a idade mínima para adentrar no mercado de trabalho, descobriu-se que neste espaço escolar os jovens tem começado a trabalhar a partir dos 15 anos.

Em relação ao estado civil observa-se que a maioria se encontra solteiro, sendo que apenas um entrevistado se diz casado. Quanto a moradia, apesar da maioria declarar que mora com a família, em uma estrutura tradicional de pai, mãe e filhos, observou-se também a constituição de outros tipos de família, onde há apenas mães e filhos, avós e netos.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) família é “um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica que vivassem no mesmo domicílio, ou, pessoa que vivesse só em domicílio particular” (GOLDANI, 1993, p.78).

O modelo de família brasileira está associado à presença de parentes, em um sistema hierárquico e de valores onde se destaca a autoridade paterna e do homem sobre a mulher, a monogamia, e a legitimidade da prole (PIZZI, 2012).

Mais em conformidade com os dados encontrados na pesquisa, percebe-se que os adolescentes pesquisados encontram-se em sua maioria vinculadas a um desdobramento familiar nuclear, onde a família é composta por um homem e uma mulher baseado no casamento, união estável e econômica, socialmente sancionada, e presumivelmente de longa duração (BRYM, 2006).



Sendo que também apurou-se a ocorrência de família extensa, aquela que inclui membros de outras gerações, podendo ter composições diversas, como aquela formada por netos e avós.

**Quadro 2** - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) do nível de características socio-demográficas dos pais.

<b>Variáveis</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Idade da mãe (Anos)</b>		
34 anos	2	20,0%
36 anos	1	10,0%
38 anos	1	10,0%
40 anos	1	10,0%
41 anos	1	10,0%
48 anos	3	30,0%
49 anos	1	10,0%
<b>Idade do pai (Anos)</b>		
40 anos	1	10,0%
42 anos	1	10,0%
45 anos	1	10,0%
46 anos	1	10,0%
47 anos	1	10,0%
49 anos	1	10,0%
53 anos	1	10,0%
54 anos	1	10,0%
59 anos	1	10,0%
Desconhecido	1	10,0%
<b>Escolaridade mãe (n=10)</b>		
Ensino Fundamental completo		
Ensino Fundamental incompleto	3	30,0%
Ensino Médio incompleto	2	20,0%
Ensino Médio completo	5	50,0%
<b>Escolaridade pai (n=10)</b>		
Ensino Fundamental completo	1	10,0%
Ensino Fundamental incompleto	3	30,0%
Ensino Médio completo	3	30,0%
Ensino Médio incompleto	2	20,0%
Desconhecido	1	10,0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

No quesito idade dos pais observou-se que em relação as mães a idade figura entre 34 e 49 anos, já a idade dos pais varia entre 40 e 59 anos.

Em relação a escolaridade dos pais não observou-se nenhum caso de 3º grau completo

ou incompleto, sendo que a maior escolaridade das mães perfaz o ensino médio completo, já os pais a maioria possui ensino fundamental incompleto e ensino médio completo, também não há casos de escolaridade superior ao ensino médio.

Aqui se verifica também a mobilidade educacional intergeracional ascendente, ou seja a diferença entre os níveis de escolaridade máxima alcançada pelos pais e a dos filhos, sendo que na pesquisa observou-se que os filhos já superaram a escolaridade dos pais ou a eles se igualam nesse momento.

Pesquisas como a de Longo e Vieira (2017) demonstram que quanto menor a escolaridade dos pais, mais chances há de os filhos se inserirem no mercado de trabalho de forma precária. De tal modo que a importância social da mobilidade educacional expande suas consequências também para a mobilidade ocupacional e socioeconômica, onde associa-se o grau de escolaridade ao tipo de inserção produtiva no mercado de trabalho.

Nesse sentido, observa-se o que Bourdieu (1992) chamou de capital cultural, ou seja, no conhecimento apreendido e do acesso à escola e aos livros que faz com que adolescentes sigam os estudos, superando as gerações anteriores.

**Quadro 3** - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) da profissão dos pais.

<b>Variáveis</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Profissão mãe (n=10)</b>		
Falecida	1	10,0%
Afastada do trabalho	1	10,0%
Dona de casa	2	20,0%
Cabelereira	2	20,0%
Costureira	1	10,0%
Faxineira ou empregada doméstica	2	20,0%
Auxiliar de produção	1	10,0%
<b>Profissão do pai (raça n=10)</b>		
Aposentado	1	10,0%
Mecânico	1	10,0%
Desempregado	1	10,0%
Afastado do trabalho	1	10,0%
Caminhoneiro	1	10,0%
Comerciante	1	10,0%
Operador de empilhadeira	1	10,0%
Auxiliar de rampa	1	10,0%
Auxiliar de produção	1	10,0%
Profissão desconhecida	1	10,0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Em relação a profissão dos pais descobriu-se que a maioria se encontra ativo no mercado de trabalho, havendo apenas algumas mães que não estão trabalhando por motivo de morte ou afastamento do trabalho por doença. A ocorrência de desemprego ou afastamento por doença em relação ao pais é bem menor, maioria se encontra em plena atividade laborativa.

#### 4.3 PERCEPÇÕES DOS ADOLESCENTES ACERCA DO TRABALHO

Nesta fase da entrevista buscou-se levantar um perfil do jovem trabalhador entrevistado, questionando seu posto de trabalho, como se inseriu no mercado, motivações em relação a busca por trabalho, bem como, como o núcleo familiar se posicionou em relação a inserção deste jovem no mercado de trabalho.

**Quadro 4** - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) Local e função do entrevistado.

<b>Variáveis</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Local de trabalho (n=10)</b>		
Indústria	1	10,0%
Escola de Educação Infantil	2	20,0%
Supermercado	3	30,0%
Farmácia	2	20,0%
Construtora	1	10,0%
Empresa de transporte	1	10,0%
<b>Função (n=10)</b>		
Menor Aprendiz	2	20,0%
Estagiário	2	20,0%
Balconista	5	50,0%
Setor administrativo	1	10,0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Levando em consideração o que diz a lei, os adolescentes não podem laborar em atividades insalubres ou que ofereçam risco observou-se que nenhum dos entrevistados se encontra em situações negativas. As atividades laborativas condizem com a faixa etária que se encontram.

**Quadro 5** - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) sentimentos e motivações em relação à inserção no mercado de trabalho.

<b>Variáveis</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Sentimento (n=10)</b>		
Contente, útil	1	10,0%
Descontente, sem tempo para estudar	1	10,0%
Necessidade econômica da família	1	10,0%
Independência Financeira	7	70,0%
<b>Visão do trabalho na adolescência (raça n=10)</b>		
Algo ruim ou cansativo	1	10,0%
Oportunidade de adquirir responsabilidade	1	10,0%
Aprendizagem	4	40,0%
Responsável pela composição da renda familiar	1	10,0%
Algo bom	3	30,0%
<b>Conhece outros adolescentes que também trabalham (n=10)</b>		
Sim	9	90,0%
Não	1	10,0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Em relação a sentimentos e motivações para se inserir no mercado de trabalho na adolescência a maioria encara como uma oportunidade de ter o próprio dinheiro e poder comprar suas coisas sem ter que pedir aos pais. A grande maioria já conhecia outros jovens da mesma idade que também se encontram trabalhando.

Tal aspecto de positivação do trabalho precoce encontra razões tanto no aspecto financeiro, social como também cultural, uma vez que Chapecó, na região oeste de Santa Catarina, sul do Brasil, em sua colonização teve como principal objetivo retirar do processo produtivo as etnias que não representavam o modelo de desenvolvimento preconizado na época, ou seja, que visavam subsistência, combatidos através da exclusão da terra em favor da cultura da acumulação de riquezas (POLI, 2008).

Assim sendo, a cultura do trabalho precoce vem sendo repassada de geração em geração, encarada muitas vezes pelo aspecto do trabalho como oportunidade de qualificação, experiência profissional, sem levar muito em conta que não raras vezes a inserção precoce reflete negativamente na vida adulta, além de retirar do adolescente a oportunidade de qualificar-se melhor, estudar mais, interagir mais socialmente.

**Quadro 6** - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) reação da família em relação à inserção do adolescente no mercado de trabalho.

Variáveis	N	%
<b>Sentimento familiar (n=10)</b>		
Aprovou	3	30,0%
Desaprovou	1	10,0%
Auxiliou na busca do trabalho	2	20,0%
Sentiram-se orgulhosos	3	30,0%
Consideraram bom para composição da renda familiar	1	10,0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quanto ao sentimento da família em relação a inserção do adolescente no mercado de trabalho os entrevistados em sua maioria relataram que quando decidiram buscar trabalho contaram com apoio e ajuda da família para conseguir um posto de trabalho e que assim que começaram as atividades laborativas os familiares se mostraram orgulhosos da decisão do adolescente.

Levando em consideração o processo de colonização da região em relação a outras regiões pode ser considerado tardio uma vez que diferente de outras regiões do Brasil, iniciou em 1890. Nesse sentido, há que se considerar por colonização o “[...] retalhamento das áreas em glebas, em frações que mediam em torno de 24 hectares” (RENK, 2013, p. 24).

A política de expansão, imposta a época retratava bem o cenário onde “[...] os europeus se apossaram das terras e das riquezas dos outros continentes transformando-os em colônias, ou seja, os territórios e os povos desses continentes ficaram sob o domínio das potências estrangeiras” (RENK, 2013, p. 23).

A colonização do oeste catarinense se deu através das empresas que vendiam e garantiam as terras aos colonos oriundos do Rio Grande do Sul, de origem étnica alemã, italiana e polonesa (WERLANG, 2006). Ancorados na idéia de trabalho, família e religiosidade vão passando de geração em geração a positividade do trabalho precoce (RENK, 2006), o que justifica o sentimento familiar apurado na pesquisa, quanto a satisfação e orgulho da família em ver o adolescente trabalhando.

**Quadro 7** - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) mudança na relação familiar após a inserção do adolescente no mercado de trabalho.

Variáveis	N	%
<b>Relação familiar (n=10)</b>		
Mudou, tenho mais liberdade	1	10,0%
Desaprovou	1	10,0%

Não houve mudanças	2	20,0%
Mudou falta de tempo com a família	2	20,0%
Conseguiu mais independência	2	20,0%
Diminuiu o diálogo	1	10,0%
Preocupação com a forma de conciliar trabalho e estudo	1	10,0%

---

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Em relação a mudança da relação familiar após a inserção do adolescente no mercado de trabalho os entrevistados apontaram como maior mudança a falta de tempo para a família, haja vista que agora laboram em um período e estudam no outro comprometendo boa parte do seu tempo em atividades, interagindo menos nos programas familiares.

#### 4.4 TRABALHO NA ADOLESCÊNCIA, EVASÃO ESCOLAR E OUTRAS PERSPECTIVAS DIANTE DO TRABALHO DO ADOLESCENTE

Parte central do trabalho, neste item chega-se as questões mais relevantes da pesquisa, uma vez que analisa o sentimento do entrevistado e do núcleo familiar em relação ao trabalho e estudo, bem como, as perspectivas de futuro e de continuidade de estudo.

**Quadro 8** - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) sentimento do entrevistado em relação a trabalhar e estudar.

Variáveis	N	%
<b>Sentimento (n=10)</b>		
Cansado	3	30,0%
Bem	4	40,0%
Encara com normalidade	1	10,0%
Se sente responsável	1	10,0%
Mudou a forma de pensar	1	10,0%

---

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quando perguntado como o adolescente se sente em relação a trabalhar e estudar em períodos alternados a maioria aponta sentimentos positivos em relação a estar trabalhando, porém uma parte considerável dos adolescentes aponta que conciliar trabalho e estudo por vezes é muito cansativo.

Observa-se sentimentos positivos quando visualizados no sentido de oportunizar ao adolescente condições financeiras para comprar coisas desejadas como roupas, tênis, celular,

maquiagem, bem como ter dinheiro para comprar um lanche, sair com os amigos, uma clara influencia do mundo capitalista, porém em uma conversa informal com os adolescentes pesquisados, descobriu-se que este público também reforça que apesar do trabalho lhes possibilitar acesso aos itens de consumo, os mesmos se sentem muito cansados com a rotina de trabalho e estudo.

**Quadro 9** - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) sentimento de mudança na vida pessoal, familiar e social após começar trabalhar e estudar.

<b>Variáveis</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Sentimento (n=10)</b>		
Interage menos com familiares e amigos	5	30,0%
Melhorou o relacionamento familiar	2	70,0%
Não percebeu mudanças	3	30,0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Neste quesito observa-se que as relações sociais e familiares não passam despercebidas a mudança quando os adolescentes precisam conciliar trabalho e estudo. A diminuição do tempo ocioso, faz com que os adolescentes necessitem organizar, planejar seu tempo para dar conta do trabalho e estudo, sobrando menos tempo para sair com amigos ou familiares.

Tendo em vista que ócio é algo que se faz com o tempo, de forma livre e espontânea, sem se impor obrigação a nada apenas proporcionando momentos prazerosos e satisfatórios, perder estes momentos por conta de trabalho e estudo podem trazer consequências negativas na vida adulta.

Esta falta de tempo livre se justifica no sistema capitalista, haja vista que a partir momento em que o homem passou a comercializar sua força de trabalho, junto com ele também vendeu o seu próprio tempo, configurando assim uma mercadoria de troca (AQUINO, MARTINS, 2007).

**Quadro 10** - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) motivação pessoal do entrevistado para inserção no mercado de trabalho.

<b>Variáveis</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Sentimento (n=10)</b>		
Independência pessoal e financeira	4	40,0%
Dificuldade econômica familiar	1	10,0%
Curiosidade acerca do trabalho	1	10,0%

Desenvolvimento pessoal e profissional	2	30,0%
Influência de terceiros	1	10,0%
Experiência profissional e possibilidade fazer curso técnico	1	10,0%
<b>Como se sente em relação ao grupo social (n=10)</b>		
Mais maduro	1	10,0%
Bem, pois a maioria trabalha	4	40,0%
Envergonhado	1	10,0%
Responsável	3	30,0%
Sozinho	1	10,0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Ainda em relação ao motivação e o sentimento frente a situação de estar trabalhando e estudando, a maioria dos entrevistados encontra nessa escolha uma possibilidade de ter mais liberdade e independência, poder pagar suas despesas, comprar suas coisas e que trabalhar e estudar para estes adolescentes é uma situação totalmente normal, pois na sociedade onde estão inseridos, seus amigos e demais jovens em sua maioria fazem o mesmo, ou seja, trabalham e estudam.

Nesse sentido Quiroga (2002; p. 24) lembra que o trabalho também se apresenta como “categoria ordenadora do modo como a sociedade se estrutura e, conseqüentemente, como elemento de referência para a formação de identidades pessoais e sociais”.

Porém não se pode desconsiderar que o trabalho tanto pode ser um meio de inclusão como a falta dele não raras vezes acarreta em exclusão, fica nítida a cobrança social, que ao generalizar a oportunidade de trabalho como se esta fosse disponibilizada a todos sem exceção, faz com que os que não se encontram no mercado, por opção ou por falta de postos de trabalho disponíveis sejam considerados acomodados e muitas vezes marginalizados.

A justificativa do senso comum em relação a falta de colocação no mercado de trabalho não raras vezes impõe ao próprio desempregado a culpa de sua falta de atividade laborativa, ou seja:

O mercado de trabalho é entendido como independente do funcionamento da economia, cabendo exclusivamente ao indivíduo adaptar-se ao contexto dos empregos existentes, assim como procurando favorecer do seu próprio esforço e postura qualitativa, como forma de superação da concorrência em relação aos outros. Nesse caso a vítima do desemprego é identificada como responsável pelo próprio desemprego (POCHMANN, 2000; p. 64).

As exigências do mercado de trabalho e a cobrança social que se joga em cima dos adolescentes, bem como a necessidade financeira de sua família, são alguns dos motivos mais frequentes para adolescentes obterem primeiro emprego muito antes de concluírem o ensino



médio.

**Quadro 11** - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) de quem você mais recebe apoio para trabalhar e estudar.

Variáveis	N	%
<b>Pessoas (n=10)</b>		
Só conto comigo	1	10,0%
Irmãos e tia	1	10,0%
Toda família	3	30,0%
Pai	1	10,0%
Mãe	2	20,0%
Esposo (a) e família	1	10,0%
Avós	1	10,0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quanto ao incentivo familiar para trabalhar e estudar os adolescentes em sua maioria contam com a família pra torcer por eles e apoiar nesta nova fase da vida, apenas um entrevistado diz que não recebe apoio de ninguém, contando apenas com a sua vontade frente aos desafios.

**Quadro 12** - Distribuição absoluta (n) e relativa (%) pretende continuar os estudos.

Variáveis	N	%
<b>Pessoas (n=10)</b>		
Sim	2	20,0%
Não	1	10,0%
Pretende cursar graduação	7	70,0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Chegando a última questão de pesquisa, inquiriu-se quais são as perspectivas, desejos para o futuro que os entrevistados possuem. Diante da diversidade de respostas opta-se por transcrever as respostas conforme se verá abaixo.

Para o entrevistado 1 sua perspectiva de futuro ideal é aquele onde ela se vê “rica, morando fora do Brasil, adotando uma criança e trabalhando em algo que ama”.

Seguindo, o entrevistado 2 declarou: “Terminar o ensino médio e fazer faculdade de Educação Física, conseguir um bom emprego”. Para o entrevistado 3 o futuro ideal é aquele onde ele se torna professor de artes marciais. Já o entrevistado 4 deseja “se formar em engenharia e pagar sozinho sua graduação”.

O entrevistado 5 elenca: “estar formado na área que gosto, ter uma boa casa e uma boa condição financeira”. Já o entrevistado 6 pretende “ter várias faculdades e ter um bom salário”. Para o entrevistado 7 o futuro que espera ter “formação escolar e ter uma boa profissão”, desejo que se repete para o entrevistado 8 que diz: “fazer uma casa e minha graduação”.

No mesmo norte o entrevistado 9 diz que pretende “entrar para o exército e fazer quantas graduações puder, estudar até o final da vida”, o entrevistado 10 deseja “terminar o ensino médio e começar a carteira de motorista, ir para faculdade e continuar trabalhando”.

Ao final observa-se a unanimidade de desejo dos entrevistados em continuar a estudar, a coleta de dados demonstrou a relação trabalho x estudo com a realidade da região onde se insere, não levando em conta apenas o aspecto da condição social das famílias dos adolescentes pesquisados, mas também o aspecto cultural da região em relação a valorização do trabalho como fator de inclusão social.

As identidades dos entrevistados foram preservadas por questões éticas, porém, os dados encontrados revelam a realidade vivenciada pelos adolescentes do local de pesquisa. Deseja-se que não somente os entrevistados, como os demais adolescentes brasileiros consigam fazer a transição da infância para a vida adulta sem pressões externas e sem o compromisso de manutenção do núcleo familiar, função que por seu próprio status de ser em formação não lhes cabe.

A exploração da mão de obra e os motivos da inserção precoce no mercado de trabalho englobam múltiplos fatores, que vão desde a necessidade econômica familiar até ao desejo de maior liberdade e independência do adolescente, mas o que as políticas públicas e a sociedade em geral deve combater é a submissão a trabalhos indignos, desapropriados a faixa etária e ou análogos a escravidão. Necessário se faz proteger a infância e a adolescência de modo de garantir o futuro da nação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das leituras realizadas para este trabalho e o conjunto de informações e ferramentas utilizadas para esta pesquisa, possibilitou identificar diferentes áreas de conhecimento que buscam por respostas e esclarecimentos sobre estudantes que trabalham na adolescência, bem como, ações e comportamentos nos contextos que permeiam as vivências particulares e sociais dos estudantes.

No decorrer dos capítulos apresentou-se os vários aspectos relativos a adolescência e ao trabalho, pontuando ganhos e prejuízos alcançados por estes, embasados por pesquisas já realizadas, enfatizou-se o comportamento dos adolescentes, as implicações do trabalho na adolescência e os reflexos no âmbito familiar, escolar e social.

Através da metodologia aplicada foi possível perceber que o trabalho na adolescência traz uma mudança na vida dos adolescentes, não só no aspecto econômico, mas também nos vínculos sociais, culturais e intelectuais. Essa entrada na vida adulta gera expectativas, anseios e desejos e quanto melhor são as condições desse primeiro emprego, mais positivamente a autonomia, responsabilidade e liberdade se insere na vida destes.

Esta transição também chega muitas vezes acompanhada de preocupação tanto do próprio adolescente, haja vista a pressão social para que a inserção no mercado de trabalho ocorra o mais breve possível, quanto dos pais e educadores em relação as condições que se alteram depois deste processo.

Compreende-se que a entrada no mercado de trabalho é uma via de mão única, uma vez que já o tenha feito, dificilmente o adolescente pode voltar ao seu status anterior de não trabalhador, então é necessário que pais, educadores, a sociedade e o Estado se atentem as condições destes postos de trabalho oferecidos aos adolescentes, combatendo a exploração da mão de obra fora dos preceitos legais.

As dificuldades muitas vezes enfrentadas pelos adolescentes ao se inserir no mercado de trabalho se dá por conta da crise econômica que assola o país, que interfere ativamente na diminuição dos postos de trabalho e no aumento do contingente de trabalhadores desempregados.

Mas vai além e deixa claro que do mesmo modo que o trabalho tanto pode ser um meio de inclusão, a falta dele não raras vezes acarreta a exclusão, fica nítida então a cobrança social, que ao generalizar a oportunidade de trabalho como se esta fosse disponibilizada a todos sem exceção, faz com que os que não se encontram no mercado, por opção ou por falta de postos de trabalho disponíveis sejam considerados acomodados e muitas vezes

marginalizados.

Outro ponto negativo da inserção precoce no ambiente de trabalho esta na mudança das relações sociais e familiares, quando os adolescentes precisam conciliar trabalho e estudo. A diminuição do tempo ocioso, faz com que os adolescentes necessitem organizar, planejar seu tempo para dar conta do trabalho e estudo, sobrando menos tempo para sair com amigos ou familiares.

Não ter completado seus estudos ainda e por não ter experiência profissional, não raras vezes expõe os adolescentes a postos de trabalho precários. Nesse sentido o Projeto da Aprendizagem, regulamentado pela Lei da Aprendizagem, Lei nº 10.097, tenta suprir esses problemas.

No campo de pesquisa, por estar localizado em uma região do Brasil culturalmente colonizada por povos europeus, alemães, italianos, poleneses, entre outros, também se percebe a outra face da inserção precoce do adolescente no trabalho. Uma vez que o trabalho para muitos é mais do que um meio de subsistência, mas também como forma de inserção social.

Tal aspecto de positivação do trabalho precoce encontra razões tanto no aspecto financeiro, social como também cultural, uma vez que Chapecó, na região oeste de Santa Catarina, sul do Brasil, em sua colonização teve como principal objetivo retirar do processo produtivo as etnias que não representavam o modelo de desenvolvimento preconizado na época, ou seja, que visavam subsistência, combatidos através da exclusão da terra em favor da cultura da acumulação de riquezas (POLI, 2008).

Assim sendo, a cultura do trabalho precoce vem sendo repassada de geração em geração, encarada muitas vezes pelo aspecto do trabalho como oportunidade de qualificação, experiência profissional, sem levar muito em conta que não raras vezes a inserção precoce reflete negativamente na vida adulta, além de retirar do adolescente a oportunidade de qualificar-se melhor, estudar mais, interagir mais socialmente.

Os dados demonstram que a maioria dos entrevistados conhecem outros adolescentes que começaram a trabalhar antes da conclusão do ensino médio. Outro ponto que chamou atenção no grupo pesquisado é que trabalhar se relaciona pra estes também como possibilidade de independência, podendo comprar coisas de seu interesse como celulares, roupas, e também ampliando a liberdade em sair com amigos em programas que antes necessitavam da autorização dos pais.

É preciso priorizar a todos adolescentes uma educação de qualidade e acessível, onde haja mais condições deste fazer ciência, arte e esporte, para o atendimento de um padrão

ideal, com escolas que ofereçam aulas de música, ou que forme atletas, como nos países desenvolvidos.

## REFERÊNCIAS

- ARREGUI, Carola Carbajal; MOTTI, Antônio José Ângelo. **Erradicação do trabalho infantil: dimensionando as experiências de Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Bahia**. Editora da PUC-SP. 2000.
- BARBOSA, Beatriz Graveli de Sousa; DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira; DUARTE, Adriana Cancela. **Efeitos de um programa de educação infantil em famílias de catadores de papel de Belo Horizonte**. Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 20, p. 283-303, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362012000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362012000200004&script=sci_arttext). Acesso em: 30 de mar. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora**. As desigualdades frente à escola e a cultura. Ed. Vozes. Petrópolis, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Prevenção E Erradicação do Trabalho Infantil E Proteção do Adolescente**. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. 2. ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Previdência e Assistência Social. **PETI: manual de orientações**. Brasília: MPAS, 2002.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz**. Brasília: Assessoria de Comunicação do MTE, 2014. Disponível em: [http://www.trabalho.gov.br/images/Documentos/Aprendizagem/Manual\\_da\\_Aprendizagem2017.pdf](http://www.trabalho.gov.br/images/Documentos/Aprendizagem/Manual_da_Aprendizagem2017.pdf). Acesso em: 15 mai. 2019.
- BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora Cortez, v. 1, 2006.
- BRYM, Robert. **“Famílias”**. In: Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado**. 6ª Edição. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná; Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013.
- DURKHEIM, Émile, (1947). **La educación moral**. Buenos Aires: Losada. , (1995). A evolução pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas.
- FÜHR, Carlise. **Trabalho e juventude: opção ou necessidade?**. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/JUVENTUDE%20E%20TRABALHO.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- GOLDANI, Ana Maria. **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da**

**desestruturação.** Cadernos Pagu, 1993, n.1.

GRUNSPUN, Haim. **O trabalho das crianças e dos adolescentes.** São Paulo: Ltr, 2000, p. 51- 52.

HELAL, Diogo Henrique. **Crianças e Adolescentes no Mercado de Trabalho Brasileiro: Padrões e Tendências.** Pesquisas e Práticas Psicossociais 5(1), São João del-Rei, janeiro/julho 2010. Disponível em: [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5\\_n1/helal.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n1/helal.pdf). Acesso em 12 mai. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e Indivíduo Social.** São Paulo: Editora Cortez, 2001.

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento no Serviço Social: o mundo do trabalho em debate.** 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

LONGO, Flávia Vitor; VIEIRA, Joice Melo. **Educação de mãe para filho: fatores associados à mobilidade educacional no Brasil.** Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 141, p.1051-1071, out.-dez., 2017 1053. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n141/1678-4626-es-es0101-73302017162420.pdf> . Acesso em 01 jul. de 2019.

LUKÁCS, Györg. **As bases ontológicas da atividade do pensamento e da atividade humana.** In: Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. v. 4.

MARTINS, 1993 apud PEDREIRA, Lucia A. **Peti: De(sen)volvendo a infância perdida?.** 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de educação, UNEB, Salvador, 2006, p. 65.

MASCAGNA, Gisele Cristina. **Adolescência: compreensão histórica a partir da escola de Vigotski.** 2009. Dissertação Mestrado em Psicologia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR)

MATOS, Carmen Lúcia. **ERRADICAÇÃO DO TRABALHO PRECOCE: A Experiência do PETI no Município de Florianópolis.** Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. 2005, p.21.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da Economia Política. Editora Civilização Brasileira, 1968, p.34.

MINAYO, M.C de S. (Org.). **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade.** 22 edição. Rio de Janeiro. Vozes, 2003.

MIRANDA, Sandra Andrade. **TRABALHO INFANTIL NA BAHIA:** discutindo políticas de erradicação sob a ótica do desenvolvimento. Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, 2011, p. 01-70. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de educação, UNEB, Salvador, 2006, p. 65.

MOURA, Daniela Macedo de; ANDRADE, Fernanda Zangiacomi. **Primeiro emprego: a dificuldade do jovem no mercado de trabalho.** Pindamonhangaba-SP: FAPI Faculdade de Pindamonhangaba, 2014. Monografia (Tecnologia de Recursos Humanos FAPI-SP.

Faculdade de Pindamonhangaba, 2014. Disponível em:  
<http://www.bibliotecadigital.funvicpinda.org.br:8080/jspui/handle/123456789/278> . Acesso em: 25 abr. 2019.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. Escritório da OIT no Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Trabalho **decente e juventude - Juventude e Trabalho Informal no Brasil**. 2016. Disponível em:  
[https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS\\_526213/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_526213/lang--pt/index.htm). Acesso em 12 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho Infantil**. Disponível em: <  
[http://www.oitbrasil.org.br/topic/ipecc/doc/fact\\_sheet\\_2010c\\_157.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/topic/ipecc/doc/fact_sheet_2010c_157.pdf) >. Acesso em: 15 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Organização Internacional do Trabalho. 87ª Conferência Internacional do Trabalho. **Convenção nº 182, sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para a sua eliminação**. Genebra. 1 de junho de 1999. Disponível em:  
<http://www.tst.jus.br/documents/2237892/0/Conven%C3%A7%C3%A3o+182+da+OIT+sobre+Proibi%C3%A7%C3%A3o+das+piores+formas+de+trabalho+infantil+e+A%C3%A7%C3%A3o+imediate+para+sua+elimina%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 07 mai. 2019.

PIZZI, Maria Letícia Grecchi. **Conceituação de família e seus diferentes arranjos**. Revista Eletrônica LENPES – PIBID de Ciências Sociais UEL. Edição Nº. 1, Vol. 1, jan-jun. 2012. Dispon[ível em: <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/1%20Edicao/1ordf.%20Edicao.%20Artigo%20PIZZI%20M.%20L.%20G.pdf> . Acesso em 03 jul. de 2019.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher, 2000. 95p.

POLI, Odilon Luiz. **Leituras em movimentos sociais**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2008.

QUIROGA, Consuelo. **O (não-) trabalho: identidade juvenil construída pelo avesso?** Praia Vermelha (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 07, 2002.

SETTON, M. da G.j. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira da educação, n.20, p.61-70. São Paulo, 2002.** SILVA, Solange Oliveira da. **Trabalho infantil e educação do campo na região do baixo sul da Bahia (2007-2015)**. Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação. Uberlândia, MG. 2018. p. 80-118. Disponível em:  
<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22235/5/TrabalhoInfantilEduca%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

SOARES, Magda. **Letramento e Escolarização**. In GUARÁ, I. M. F. R.; CARVALHO, M. C. B. Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente. São Paulo: IEE/PUC-SP, 1997.

STRAPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.

RENK, Arlene Anélia. **A luta da erva**. 2 ed. Chapecó: Argos, 2006.



VIVO, Fundação Telefônica Vivo. **Trabalho infantil: impactos e consequências.** 2016. Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/ impactos-e-consequencias/> . Acesso em 18 mai. 2019.

WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupações do espaço no Oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil.** Chapecó: Argos, 2006.

## APÊNDICE

### Apêndice 1- Roteiro de entrevista.

1. Qual a sua idade?
2. Qual seu estado civil?
3. Com quem você mora?
4. Qual a idade de seus pais?
5. Qual a escolaridade de seus pais?
6. Qual a profissão de seus pais?
7. Em que lugar? Qual sua função?
8. Como você se sentiu com a necessidade de trabalhar?
9. Qual a sua visão sobre o trabalho na adolescência?
10. Você conhecia algum aluno que já trabalhava?
11. Como foi para sua família sua decisão de você começar a trabalhar?
12. Houveram mudanças nas suas relações familiares após o trabalho?
13. Como foi a aceitação de sua família de você trabalhar e estudar?
14. Como você se sente agora no ambiente escolar?
15. O fato de estar trabalhando provocou mudanças na sua vida pessoal, familiar e social?
16. À quais fatores você atribui a necessidade trabalhar enquanto estuda?
17. Como você se sente diante de seu grupo social?
18. De quem você recebe mais apoio hoje?
19. Pretende continuar os estudos?
20. Quais são as suas perspectivas para o futuro?

Apêndice 02 - Carta de ciência de participação em pesquisa.

## CARTA DE CIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Prezados pais ou responsáveis:

Meu nome é Everton Hellmann Biavatti, sou estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Chapecó/SC. Eu e minha professora Joana Golin Alves estamos fazendo uma pesquisa sobre as relações de trabalho e estudo com estudantes do ensino médio. Para isso, estaremos, na próxima semana, convidando seu (sua) filho (a) para participar deste trabalho.

Seu (sua) filho (a) será convidado a responder algumas questões sobre as relações do trabalho e estudo. A entrevista é anônima, isso é, seu (sua) filho (a) não precisará colocar nome no questionário/entrevista.

A direção da escola de seu (sua) filho (a) autorizou a realização da pesquisa. Dessa forma, a pesquisa não prejudicará as aulas.

Cabe ressaltar a importância da participação dos estudantes para a realização desse trabalho, pois a partir dele, poderemos pensar ações de melhoria na qualidade da educação social.

Se os senhores concordarem com a participação de seu (sua) filho (a) nesta pesquisa, por favor, assinem esta carta.

Desde já agradeço a contribuição para o desenvolvimento desta atividade e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento sobre esse trabalho.

---

Everton Hellmann Biavatti  
Acadêmico do curso de Ciências Sociais

---

Joana Golin Alves  
Professora Ms.<sup>a</sup> Orientadora

---

Ciente dos Pais ou Responsáveis

Chapecó, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.